

BRVias Holding VRD S.A.

**Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2017**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balanços patrimoniais	7
Demonstrações de resultados	8
Demonstrações de resultados abrangentes	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12



KPMG Auditores Independentes
Passeio das Castanheiras, 431 - Salas 407 a 411
Condomínio Tríade - Torre Nova York - Parque Faber Castell
13561-384 - São Carlos/SP - Brasil
Caixa Postal 708 - CEP 13560-970 - São Carlos/SP - Brasil
Telefone +55 (16) 2106-6700, Fax +55 (16) 2106-6767
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da
BRVias Holding VRD S.A.
São Paulo - São Paulo

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da BRVias Holding VRD S.A. e sua controlada, ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da BRVias Holding VRD S.A. e sua controlada em 31 de dezembro de 2017, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Empresa e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos à atenção para a nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, que indica que o passivo circulante da Companhia e sua controlada excedeu o ativo circulante em R\$ 186.925 mil e R\$ 793.572 mil, no controladora e no consolidado respectivamente, substancialmente pela reclassificação do passivo não circulante para o passivo circulante de empréstimos, financiamentos e debêntures no montante de R\$ 76.147 mil e R\$ 611.831 mil, na controladora e no consolidado respectivamente, ensejado pelo descumprimento de cláusulas contratuais (“covenants”) em contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures. Conforme apresentado na nota explicativa nº 1, esses eventos ou condições, juntamente com outros assuntos descritos na nota explicativa nº 1, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia e sua controlada. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Responsabilidade da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, consolidadas e individuais, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e sua controlada. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.



Comunicamo-nos com os responsáveis da administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Carlos, SP, 23 de abril de 2018

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Rafael Henrique Klug
Contador CRC 1SP246035/O-7

BRVias Holding VRD S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

		Controladora		Consolidado				Controladora		Consolidado	
Ativo	Nota	2017	2016	2017	2016	Passivo	Nota	2017	2016	2017	2016
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	10	1.381	653	2.852	3.947	Empréstimos e financiamentos	17	40.644	42.816	230.110	266.704
Aplicações financeiras	11	-	-	66.616	26.556	Adiantamento para futuro aumento de capital	13	67.300	6.200	67.300	6.200
Contas a receber	12	-	-	13.515	10.559	Debêntures	18	79.403	88.340	519.482	506.916
Despesas pagas antecipadamente		-	-	250	430	Fornecedores	19	-	-	39.073	35.656
Adiantamento a fornecedores		-	-	794	255	Fornecedores – risco sacado	19.1	-	-	-	6.865
Outros créditos		32	38	2.850	3.898	Imposto de renda e contribuição social diferido	21	-	-	-	1.319
						Obrigações tributárias		-	-	2.956	2.468
Total do ativo circulante		1.413	691	86.877	45.645	Obrigações sociais		-	-	5.236	4.537
						Outras contas a pagar		925	749	151	38
						Dividendos a pagar		66	66	66	66
						Provisão para manutenção	20	-	-	16.075	32.293
						Total do passivo circulante		188.338	138.171	880.449	863.062
Não circulante						Não circulante					
Depósitos judiciais		-	-	1.522	1.532	Empréstimos e financiamentos	17	-	-	16.364	-
Imposto de renda e contribuição social diferido		-	-	19.956	-	Provisão para manutenção	20	-	-	29.418	20.495
						Imposto de renda e contribuição social diferido	21	-	-	-	18.911
Realizável a longo prazo		-	-	21.478	1.532	Provisão para contingências	22	-	-	1.118	1.297
						Total do passivo não circulante		-	-	46.900	40.703
Investimentos	14	330.596	242.102	-	-	Patrimônio líquido	23				
Imobilizado	15	-	-	5.583	7.035	Capital social		237.470	237.470	237.470	237.470
Intangível	16	-	-	957.082	954.175	Reserva de capital		25.461	25.461	25.461	25.461
						Prejuízos acumulados		(119.259)	(158.309)	(119.259)	(158.309)
Total do ativo não circulante		330.596	242.102	984.143	962.742	Total do patrimônio líquido		143.671	104.622	143.671	104.622
						Total do passivo		188.338	138.171	927.349	903.765
Total do ativo		332.009	242.793	1.071.020	1.008.387	Total do passivo e patrimônio líquido		332.009	242.793	1.071.020	1.008.387

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

BRVias Holding VRD S.A.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2017	2016	2017	2016
Receita operacional líquida	24	-	-	205.441	227.874
Custo dos serviços prestados	25	-	-	(100.648)	(136.175)
Custo de construção	25	-	-	(23.750)	(56.259)
Lucro bruto		-	-	81.043	35.440
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas gerais e administrativas	25	(583)	(399)	(10.879)	(7.664)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		(583)	(399)	70.164	27.776
Receita financeira	26	-	901	3.496	4.938
Despesa financeira	26	(5.206)	(22.734)	(74.442)	(123.109)
Receitas (despesas) financeiras líquidas		(5.206)	(21.833)	(70.946)	(118.171)
Participação nos lucros das empresas investidas por equivalência patrimonial		44.845	(66.844)	-	-
Resultado antes dos impostos		39.055	(89.076)	(783)	(90.395)
Imposto de renda e contribuição social correntes		-	-	(348)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	21	-	-	40.186	1.319
Lucro líquido / (prejuízo) do exercício		<u>39.055</u>	<u>(89.076)</u>	<u>39.055</u>	<u>(89.076)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

BRVias Holding VRD S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Lucro líquido / (prejuízo) do exercício	39.055	(89.076)	39.055	(89.076)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Total de resultado abrangente do período	<u>39.055</u>	<u>(89.076)</u>	<u>39.055</u>	<u>(89.076)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

BRVias Holding VRD S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Capital integralizar	Capital integralizado	Reserva de capital	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2016	137.470	-	137.470	25.461	(69.239)	93.692
Aumento de capital a integralizar conforme AGE em 15 de junho de 2016	100.000	(100.000)	-	-	-	-
Integralização de capital conforme AGE em 20 de dezembro de 2016	-	100.000	100.000	-	-	100.000
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(89.076)	(89.076)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	<u>237.470</u>	<u>-</u>	<u>237.470</u>	<u>25.461</u>	<u>(158.315)</u>	<u>104.616</u>
Aumento de capital conforme AGE em 26 de maio de 2017	110.000	(110.000)	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	39.055	39.055
Saldos em 31 de dezembro de 2017	<u>347.470</u>	<u>(110.000)</u>	<u>237.470</u>	<u>25.461</u>	<u>(119.260)</u>	<u>143.671</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

BRVias Holding VRD S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Fluxo de caixa decorrente das atividades operacionais				
Lucro líquido / (prejuízo) do exercício	39.055	(89.076)	39.055	(89.076)
Ajustes para:				
Depreciação	-	-	1.856	1.307
Amortização	-	-	20.736	29.543
Baixa do ativo imobilizado líquida	-	-	3	100
Baixa do intangível	-	-	892	-
Provisão para manutenção	-	-	19.276	40.806
Reversão da provisão para contingências	-	-	(179)	(24)
Resultado de equivalência patrimonial	(44.845)	66.844	-	-
Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos e debêntures	5.187	28.034	72.092	122.283
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	(40.186)	(1.318)
	(603)	5.802	113.545	103.621
(Aumento) redução no ativo:				
Contas a receber	-	-	(2.956)	43
Despesas pagas antecipadamente	-	-	180	(85)
Outros créditos	6	(3)	340	1.418
Aumento (redução) no passivo:				
Fornecedores	-	-	(4.636)	3.780
Passivo fiscal corrente	-	-	836	149
Obrigações sociais	-	-	699	645
Contas a pagar	176	-	290	(26)
Realização de provisão para manutenção	-	-	(26.571)	(28.075)
Impostos pagos sobre o lucro	-	-	(348)	-
Juros de empréstimos e financiamentos e debêntures pagos	(8.468)	(10.562)	(53.538)	(68.011)
Fluxo de caixa (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais	(8.888)	(4.763)	27.842	13.459
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Aplicações financeiras	-	-	(114.053)	(106.633)
Resgate das aplicações	-	-	73.993	127.100
Aumento de capital em controlada	(43.650)	(96.400)	-	-
Aquisição de imobilizado	-	-	(407)	(2.316)
Adição do intangível	-	-	(23.346)	(54.769)
Fluxo de caixa decorrente das (usado nas) atividades de investimentos	(43.650)	(96.400)	(63.813)	(36.618)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Integralização de capital	-	100.000	-	100.000
Captações de empréstimos e financiamentos e debêntures	6.000	-	34.854	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	61.100	6.200	61.100	6.200
Amortização de empréstimos e financiamentos e debêntures	(13.834)	(4.649)	(61.078)	(92.456)
Caixa líquido decorrente das atividades de financiamentos	53.266	101.551	34.876	13.744
(Redução)/aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	728	388	(1.095)	(9.415)
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	653	139	3.947	13.362
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	1.381	653	2.852	3.947

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às Demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A BRVias Holding VRD S.A. (“Companhia”) é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em 18 de dezembro de 2007, com sede localizada na Rua Iguatemi, 448, 10º andar, sala D, Itaim Bibi - cidade de São Paulo - SP. Seu objeto social é exclusivamente a participação na ViaRondonConcessionária de Rodovia S.A (“Controlada” ou “ViaRondon”).

A Companhia iniciou suas atividades em 10 de dezembro de 2010, onde todas as ações da ViaRondon que eram detidas pelas empresas Comporte Participações S.A. e Splice do Brasil Telecomunicações e Eletrônica S.A foram aportadas na BRVias Holding VRD S.A, passando esta a ser a única acionista da ViaRondon, sendo contabilizado o montante de R\$ 111.899 de investimento em contrapartida do aumento de capital social.

Conforme demonstrado na demonstração de resultado e no balanço patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia apresentou um lucro de R\$ 39.055 (R\$ 89.076 em 2016 de prejuízo) e capital circulante líquido negativo de R\$ 186.925 (R\$ 137.480 em 2016) na controladora e R\$ 793.572 (R\$ 817.417 em 2016) no consolidado, principalmente pela reclassificação do passivo não circulante para o passivo circulante no montante de R\$ 76.147 e R\$ 485.060 na controladora e consolidado, respectivamente, de debentures e R\$ 126.771 no consolidado de empréstimos e financiamentos, ensejado pelo descumprimento de cláusulas contratuais (“*covenants*”) em contratos de credores. A Administração entende ser improvável a decretação do vencimento antecipado de obrigações de longo prazo, uma vez que a Companhia se mantém adimplente com os pagamentos das obrigações financeiras. Dada a mecânica de preenchimento com os valores cobrados nas praças de pedágio das contas garantia e reserva aos credores, em valores acima do suficiente para fazer frente aos vencimentos das parcelas dos empréstimos e financiamentos, a Companhia entende como afastada a hipótese de vencimento antecipado.

A Companhia está adimplente com as obrigações financeiras junto aos credores, e para fazer frente a suas obrigações contratuais a Companhia conta com o suporte dos acionistas por meio de aporte de adiantamento para futuro aumento de capital no montante de R\$ 61.100 (R\$ 96.400 em 31 de dezembro de 2016, por meio de integralização de capital), bem como com recursos de terceiros, previstos para ocorrer nos planos de negócio da Companhia.

Até a emissão destas demonstrações financeiras a Administração da Companhia continua em discussão com os credores para a obtenção de *waiver* pelo descumprimento de *covenants*, conforme mencionado nas notas explicativas 17 e 18.

Os planos da administração visam a recuperação dos resultados operacionais positivos ao longo dos próximos exercícios. Para isso a administração busca a contínua eficiência operacional e consequentemente a redução dos custos de operação e manutenção da rodovia. Adicionalmente as projeções futuras de mercado indicam a melhoria do cenário econômico, que conjuntamente com a correção anual das tarifas, conforme previsto no contrato de concessão, e a retomada do crescimento econômico com impacto positivo no tráfego da rodovia, permitirão à Companhia aumentar suas receitas. Além disso, os impactos da alta de inflação e juros, tanto nas despesas operacionais como na correção dos saldos das dívidas verificados em 2015 e 2016, se mostram menores acompanhando a tendência de redução dos níveis atuais de juros e inflação. Os impactos já se fazem presentes no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 onde a Companhia obteve lucro. A Companhia também prevê para os próximos períodos a entrada de recursos importantes oriundos da celebração de contratos de uso da faixa de domínio da rodovia por outras empresas, cujas negociações já estão em andamento.

2 Relação de entidade controlada

Segue abaixo a controlada da Companhia:

	País	Participação acionária %	
		2017	2016
ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A.	Brasil	100%	100%

A sua controlada é uma sociedade por ações de capital aberto, com sede na Rua João Moreira da Silva, 509 Jardim Americano, Lins - São Paulo, que iniciou suas atividades em 06 de maio de 2009.

O objeto social da sua controlada é a exploração do sistema rodoviário do Corredor Marechal Rondon Oeste (SP-300), de acordo com os termos de concessão outorgados pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo (ARTESP), trecho este concedido por meio da concorrência pública internacional (Edital nº 006/08), que se inicia entre o km 336 e o km 500, entroncamento com a SP-225, na Cidade de Bauru e finaliza-se nos km 667 e 630, na Cidade de Castilho, Estado de São Paulo.

A concessão possui um prazo de 30 anos e tem como objeto a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, apoio na execução dos serviços não delegados e gestão de serviços complementares. É explorada em regime de cobrança de pedágio e de outros serviços prestados aos usuários. A prorrogação do prazo da concessão somente será admitida para recompor o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

Decorrente desta concessão, a sua controlada assumiu os seguintes compromissos:

- Pagamento de direito de outorga no valor total de R\$ 411.000, dos quais R\$ 82.200 foram pagos à vista e o saldo devedor em 18 parcelas mensais e sucessivas de R\$ 18.300, reajustados de acordo com o reajuste nas cobranças da tarifa do pedágio, já tendo sido integralmente liquidado;
- Pagamento de valor correspondente a 3% da receita bruta de pedágio e das receitas acessórias efetivamente obtidas pela concessionária em 27 de junho de 2013 foi publicada no Diário Oficial a redução do percentual para 1,5%, passando a vigorar a partir de julho de 2013; e

- Realização de investimentos na rodovia.

Para fazer frente a suas obrigações contratuais a sua controlada tem contado com o suporte dos acionistas, bem como com recursos de terceiros. As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações da sua controlada, tendo em vista que os seus negócios têm se comportado conforme esperado em projetos da mesma natureza.

3 Base de preparação

Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foi autorizada pela Administração em 23 de abril de 2018. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

4 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia e sua controlada. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

5 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas

As estimativas e premissas são revisadas de uma forma contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

a. Julgamento

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa nº 6(e)** - Classificação de obras de melhoria incorporadas ao ativo intangível, dentro da interpretação técnica ICPC 01 (R1).

b. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre incertezas a respeito das premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa nº 16-** Amortização e recuperabilidade do ativo intangível;
- **Notas explicativas nº 20 e 22** - Provisão para manutenção e Provisão para contingências - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; e
- **Nota explicativa nº 21-** Reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados.

Mensuração a valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia e sua controlada requerem a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia e sua controlada estabeleceram uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo.

A Companhia e sua controlada revisam regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizado para mensurar os valores justos, então a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos do CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia e sua controlada usam dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia e sua controlada reconhecem as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa nº 27** - Instrumentos financeiros.

6 Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e sua controlada foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado que são mensurados pelo valor justo.

7 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas abaixo em detalhes têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nestas demonstrações financeiras.

a. Base de consolidação

(i) Controlada

A Companhia controla uma investida quando está exposta a, ou tem direitos sobre os, retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a investida e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo de seu poder sobre a investida. As demonstrações financeiras da controlada são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data que o controle inicia até a data que o controle deixar de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia, as informações financeiras da controlada são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

(ii) Transações eliminadas na consolidação

Saldo e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

b. Instrumentos financeiros

A Companhia e sua controlada classificam ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

A Companhia e sua controlada classificam passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros.

(i) Ativos e passivos financeiros não derivativos - Reconhecimento e desreconhecimento

A Companhia e sua controlada reconhecem os empréstimos e recebíveis e instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação.

A Companhia e sua controlada desreconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e sua controlada transferem os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia e sua controlada em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

A Companhia e sua controlada desreconhecem um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia e sua controlada tenham o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(ii) Ativos financeiros não derivativos - Mensuração

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

Empréstimos e recebíveis

Esses ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Caixa e equivalentes de caixa

Nas demonstrações de fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa incluem saldos negativos de contas garantidas que são exigíveis imediatamente e são parte integrante da gestão de caixa da Companhia e sua controlada.

(iii) Passivos financeiros não derivativos - Mensuração

Passivos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

A Companhia e sua controlada tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores, empréstimos e financiamentos, debêntures e outras contas a pagar.

c. Capital social

Ações ordinárias

Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, deduzidos de quaisquer efeitos tributários.

d. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável.

A Companhia e sua controlada consideram como ativo imobilizado somente os bens que estão em seu poder e podem ser a qualquer momento negociados sem prévia autorização do poder concedente da concessão em que opera.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia e sua controlada inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração;
- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados; e
- Custos dos empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado) são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando for provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia e sua controlada. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

(iii) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso.

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é geralmente reconhecida no resultado, a menos que o montante esteja incluído no valor contábil de outro ativo.

As vidas úteis médias estimadas para o período corrente e exercício comparativos são as seguintes:

Computadores e periféricos	4 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Veículos	5 anos

e. Ativos intangíveis

A Companhia e sua controlada possuem os seguintes ativos intangíveis:

(i) Contratos de concessão de serviços

A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance desta Interpretação, o concessionário:

Atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo seu valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível ou um ativo financeiro. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos. O concessionário reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente pelos serviços de construção.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários da rodovia pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia e sua controlada estimaram que eventual margem é irrelevante, considerando-a zero. Nesta circunstância, a receita da concessionária está condicionada ao uso do ativo e a concessionária é detentora do risco de que o fluxo de caixa gerado pelos usuários do serviço não seja suficiente para recuperar o investimento. A concessionária não tem o direito contratual de receber caixa se houver falta de uso do ativo (rodovias) pelos usuários, mesmo quando o retorno da concessionária tenha um risco muito baixo.

(ii) Direito de outorga

O valor pago ao poder concedente correspondente ao direito de explorar a concessão foi reconhecido na rubrica “Direito de Outorga”, no ativo intangível (nota explicativa nº 16). As respectivas obrigações relacionadas aos pagamentos futuros (exigibilidades) foram registradas no passivo e já foram liquidadas.

O direito de outorga da concessão vem sendo amortizado pela curva de tráfego pelo prazo da concessão.

(iii) Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e sua controlada e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável.

(iv) *Gastos subsequentes*

Os gastos incorridos com manutenção e reparo são capitalizados somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável, enquanto que os demais gastos são registrados diretamente no resultado quando incorridos.

(v) *Amortização*

Amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

O critério definido para amortização dos ativos intangíveis originados do contrato de concessão de serviços e do direito de outorga é com base na curva de tráfego projetada até o final do prazo de concessão, desta forma, a receita e a amortização do intangível estão alinhadas pelo prazo de concessão. A amortização é reconhecida no resultado.

A amortização de outros ativos intangíveis é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, que não ultrapassam o prazo da concessão, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

As vidas úteis médias estimadas para o período corrente e exercício comparativo dos outros intangíveis são as seguintes:

Software

5 anos

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo, quando aplicável.

f. *Redução ao valor recuperável (impairment)*

(i) *Ativos financeiros (não derivativos)*

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- Inadimplência ou atrasos do devedor;
- Reestruturação de um valor devido a Companhia em condições não consideradas em condições normais;
- Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência;
- Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- O desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou
- Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está *impaired*, um novo valor do ativo é determinado.

A Companhia e sua controlada determinam o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos relacionados a cada unidade geradora de caixa.

Durante a projeção, as premissas chaves consideradas estão relacionadas à estimativa de tráfego/usuários dos projetos de infraestrutura detidos, aos índices que reajustam as tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à respectiva elasticidade ao PIB de cada negócio, custos operacionais, inflação, investimento de capital e taxas de descontos.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

g. Benefícios a empregados

(i) Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

h. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia e sua controlada tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

(i) Provisão de manutenção - Contratos de construção

As obrigações contratuais para manter a infraestrutura com um nível específico de operacionalidade ou recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao poder concedente no final do contrato de concessão são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

A Companhia e sua controlada definiram que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificadas e destinadas a recompor a infraestrutura concedida as condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão. Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do contrato passam a ser provisionadas a medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente em uso para utilização pelos usuários.

Essa provisão é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão, trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio.

i. Capitalização dos custos dos empréstimos

Os custos dos empréstimos são capitalizados durante a fase de construção.

j. Receita operacional

(i) Receita de pedágio

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a sua controlada e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e tributos ou encargos sobre vendas.

A receita é reconhecida em conformidade com o regime contábil de competência. As receitas de pedágio, incluindo as receitas com cartões de pedágio e pós-pagos, são registradas no resultado quando da passagem do usuário pela praça de pedágio.

Receitas de operação ou serviço são reconhecidas no período no qual os serviços são prestados pela Companhia. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um contrato de concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos dos serviços entregues.

(ii) Receita de construção

Pelos termos do contrato de concessão, a Concessionária deve construir e/ou melhorar a infraestrutura das rodovias que opera. Conforme requerido pelo ICPC01 (R1) - Contratos de Concessão, as receitas relativas ao serviço de construção/melhoria prestado devem ser mensuradas e registradas pela Companhia e sua controlada em contrapartida ao ativo intangível de concessão, por corresponder a um direito sobre tal ativo, sendo registrada pelo seu valor justo. Este direito que corresponde a receita de construção/melhoria, é composto de custo de construção/melhoria acrescido a margem de lucro a aos custos de empréstimos atribuíveis e este ativo. A Companhia e sua controlada estimaram que eventual margem é irrelevante, considerando-a zero.

Os custos dos contratos são reconhecidos na demonstração do resultado, como custo dos serviços prestados, quando incorridos. Todos os custos diretamente atribuíveis aos contratos são considerados para mensuração da receita.

k. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem, basicamente, as tarifas bancárias e as despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos e debêntures. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, à construção ou a produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

l. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente é calculado com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram, quando aplicável, a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia e sua controlada esperam recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

m. Informações por segmento

A principal receita da atividade da Companhia e sua controlada vem do recebimento da tarifa de pedágio sendo, no entanto, facultado à Companhia e sua controlada explorar outras fontes de receitas complementares, de acordo com o contrato de concessão. Todas as decisões dos administradores e gestores relativas ao planejamento estratégico, financeiras, compras, investimentos de recursos e avaliação de performance são tomadas considerando a Companhia e sua controlada como um todo, ou seja, a Companhia e sua controlada estão organizadas em um único segmento de negócio.

8 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

A Companhia é obrigada a adotar o CPC 48 - Instrumentos Financeiros e o CPC 47 - Receita de Contratos com Clientes, a partir de 1º de janeiro de 2018. Não houve adoção antecipada destas normas.

Até o momento não se identificou impactos materiais que possam afetar as reservas ou lucros acumulados, mas possivelmente ocorrerão impactos em termos de novas divulgações e formas de apresentação, que estão em fase de maior detalhamento.

O impacto estimado da adoção dessas normas sobre o patrimônio da Companhia em 1º de janeiro de 2018, baseia-se em avaliações realizadas até à data de emissão destas demonstrações financeiras. Os impactos reais da adoção das normas em 1º de janeiro de 2018, podem ser diferentes, pois as novas políticas contábeis estão sujeitas a alterações até que a Companhia apresente suas primeiras demonstrações financeiras que incluam a data de aplicação inicial.

Uma avaliação mais detalhada do impacto esperado decorrente destas normas está resumida abaixo.

a. CPC 47 - Receitas de contratos com clientes

O CPC 47 introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e por quanto a receita é mensurada. A CPC 47 substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 - Receitas, CPC 17 - Contratos de Construção e a CPC 30 - Programas de Fidelidade com o Cliente.

Com base em sua avaliação, a Companhia não identificou impactos significativos em comparação com as atuais normas de receitas (CPC 30 e CPC 17), em relação ao reconhecimento da receita dos serviços aos usuários de seus projetos de concessão de infraestrutura de transportes, bem como no reconhecimento das receitas de construção, conforme requerido pelo ICPC 01, já reconhecidas hoje de forma desagregada. Contudo espera-se que as notas explicativas às Demonstrações Financeiras venham a ser ampliadas.

b. CPC 48 - Instrumentos Financeiros

O CPC 48 - Instrumentos Financeiros, estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos para comprar ou vender itens não financeiros. Esta norma substitui o CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

- **Classificação - Ativos Financeiros**

O CPC 48 contém uma nova abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros que reflete o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características de fluxo de caixa.

Com base na sua avaliação, a Companhia não considera que os novos requerimentos de classificação terão um impacto significativo na contabilização de contas a receber e empréstimos.

- **Redução no valor recuperável (Impairment) - Ativos Financeiros e Ativos Contratuais**

A IFRS 9 substitui o modelo de “perdas incorridas” do CPC 38 por um modelo prospectivo de “perdas de crédito esperadas”. Isso exigirá um julgamento relevante sobre como as mudanças em fatores econômicos afetam as perdas

esperadas de crédito, que serão determinadas com base em probabilidades ponderadas.

O novo modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, com exceção de ativos contratuais.

De acordo com o CPC 48, as provisões para perdas esperadas serão mensuradas em uma das seguintes bases:

- Perdas de crédito esperadas para 12 meses, ou seja, perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data base; e
- Perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro.

A mensuração das perdas de crédito esperadas para a vida inteira se aplica se o risco de crédito de um ativo financeiro na data base tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, e a mensuração de perda de crédito de 12 meses se aplica se o risco não tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial. Uma entidade pode determinar que o risco de crédito de um ativo financeiro não tenha aumentado significativamente se o ativo tiver baixo risco de crédito na data base. No entanto, a mensuração de perdas de crédito esperadas para a vida inteira sempre se aplica para contas a receber de clientes e ativos contratuais sem um componente de financiamento significativo.

Com base na sua avaliação, a Companhia não considera que os novos requerimentos de classificação terão um impacto significativo sobre seus ativos financeiros.

- Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras

A Companhia considera que o seu caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras têm baixo risco de crédito com base nas avaliações de crédito externas das contrapartes e, portanto, não espera reconhecimentos materiais de impairment na adoção do CPC 48 neste quesito.

- Classificação - Passivos Financeiros

O CPC 48 retém grande parte dos requerimentos da IAS 39 para a classificação de passivos financeiros.

Contudo, de acordo com a IAS 39, todas as variações de valor justo dos passivos designados como VJR são reconhecidas no resultado, enquanto que, de acordo com o CPC 48, estas alterações de valor justo são geralmente apresentadas da seguinte forma:

- O valor da variação do valor justo que é atribuível às alterações no risco de crédito do passivo financeiro são apresentados em ORA; e
- O valor remanescente da variação do valor justo é apresentado no resultado.

A avaliação preliminar da Companhia não indicou impacto material na classificação dos passivos financeiros em 1º de janeiro de 2018.

- Contabilidade de hedge

Na aplicação inicial do CPC 48, a Companhia pode escolher como política contábil continuar aplicando os requerimentos para a contabilidade de hedgedo CPC 38 em vez dos novos requerimentos do CPC 48. A Companhia optou por aplicar os novos requerimentos do CPC 48. O CPC 48 exige que a Companhia assegure que as relações de contabilidade de hedge estejam alinhadas com os objetivos e estratégias de gestão de risco da Companhia e que este, aplique uma abordagem mais qualitativa e prospectiva para avaliar a efetividade do hed. O CPC 48 também introduz novos requerimentos de equilíbrio de relações de Hedge e proíbe a descontinuação voluntária da contabilidade de hedge. De acordo com o novo modelo, é possível que mais estratégias de gestão de risco, particularmente as de um hedgedo um componente de risco (diferente do risco de moeda estrangeira) de um item não-financeiro, possam qualificar-se para a contabilidade de hedge. Atualmente, a Companhia não realiza hedge de tais componentes de risco.

De acordo com a IFRS 9, para hedges de fluxo de caixa para o risco de moeda estrangeira associados a compras previstas de ativos não-financeiros, os valores acumulados na reserva de hedgedo fluxo de caixa e na reserva de custo de hedge serão incluídos diretamente no custo inicial do ativo não-financeiro, quando este for reconhecido. Prática que já é realizada pela Companhia.

Os tipos de relações de contabilidade de hedge que a Companhia atualmente designa atendem aos requerimentos do CPC 48 e estão alinhados com a estratégia e objetivo de gerenciamento de risco da entidade.

- **Divulgações e Transição**

A IFRS 9 exigirá extensivas novas divulgações, especificamente sobre a contabilidade de hedge, risco de crédito e perdas de crédito esperadas.

As mudanças nas políticas contábeis resultantes da adoção da IFRS 9 serão geralmente aplicadas retrospectivamente, exceto as mudanças descritas a seguir:

- A Companhia irá aproveitar a isenção que lhe permite não reapresentar informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros (incluindo perdas de crédito esperadas). As diferenças nos saldos contábeis de ativos e passivos financeiros resultantes da adoção da IFRS 9, serão geralmente reconhecidas nos lucros acumulados e reservas em 1º de janeiro de 2018.
- Os novos requerimentos de contabilidade de hedge devem ser aplicados prospectivamente.

- c. **IFRS 16 Leases (Arrendamentos)**

A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. É efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019, data em que ocorrerá sua adoção por parte da Companhia.

A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

O impacto da aplicação da IFRS 16 nas demonstrações financeiras no período de aplicação inicial será concentrado em reconhecimento de ativos e passivos por seus arrendamentos operacionais de equipamentos e instalações, bem como será substituída a despesa linear de arrendamento operacional por um custo de depreciação de ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento.

Não é esperado impacto significativo para os arrendamentos financeiros da Companhia, que na data destas Demonstrações Financeiras são imateriais e, portanto, não divulgados em nota explicativa. Consequentemente, não se espera que a adoção da IFRS 16 afete nossa capacidade de cumprir com os acordos contratuais (covenants) de limite máximo de alavancagem em empréstimos, financiamentos e debêntures.

Outras alterações

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

- Ciclo de melhorias anuais para as IFRS 2014-2016 - Alterações à IFRS 1 e à IAS 28;
- ICPC 21 / IFRIC 22 - Transações em moeda estrangeira e adiantamento.

Com relação à IFRIC 23 - Incerteza sobre Tratamentos de Imposto de Renda, análise mais aprofundada será necessária para identificação de seus impactos, com data efetiva a partir de 1º de janeiro de 2019.

9 Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia e sua controlada exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

(i) Aplicações financeiras

Os valores justos de aplicações financeiras são baseados em informações de instituições financeiras, os quais são idênticos aos valores contábeis.

(ii) Empréstimos e recebíveis

O valor justo de empréstimos e recebíveis é estimado como valor presente de fluxos de caixas futuros apurados na data de apresentação que se equipara ao valor contábil em função do curto prazo de recebimento.

(iii) Passivos financeiros não derivativos

O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras.

10 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Caixa	-	-	-	1
Bancos conta movimento	1.381	653	2.719	3.786
Fundo de troco/numerários em trânsito	-	-	133	160
	1.381	653	2.852	3.947

A exposição da Companhia e sua controlada a riscos de crédito e de taxa de juros e a uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgados na nota explicativa nº 27.

11 Aplicações financeiras - consolidado

	2017	2016
Aplicações financeiras	66.616	26.556

Aplicação financeira em Certificado de Depósito Bancário, junto ao Banco Bradesco, com liquidez diária, sendo remunerada à variação dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDIs), mantida a título de garantia da operação junto ao BNDES e Debêntures, vide maiores detalhes nas notas explicativas nº 17 e 18.

A exposição da sua controlada a riscos de crédito e de taxa de juros e a uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgados na nota explicativa nº 27.

12 Contas a receber - consolidado

	2017	2016
Pedágio eletrônico	10.247	9.129
Visa - vale-pedágio	203	132
Brink's Segurança e Transporte de Valores Ltda.	2.639	839
DBTrans S/A	137	157
Sub-total	13.226	10.257
Outros	289	302
	13.515	10.559

Idade de vencimento dos títulos

	2017	2016
Créditos a vencer	13.225	10.245
Créditos vencidos até 30 dias	-	8
Créditos vencidos de 91 a 180 dias	-	4
Créditos vencidos à mais de 360 dias	1	-
	13.226	10.257

O contas a receber da sua controlada não apresenta montantes vencidos e nem histórico de inadimplência. Dessa forma, não existe ajuste para provisão para redução do valor recuperável.

13 Transações com partes relacionadas

A seguir o valor total de remuneração atribuído aos diretores do exercício em 31 de dezembro de 2017 e 2016:

Descrição	2017	2016
Diretores estatutários	45	42

Os membros do Conselho de Administração não recebem qualquer remuneração da Companhia e sua controlada.

A Companhia e sua controlada submetem todas as aquisições de materiais e serviços a processos de cotação de preços, inclusive aquelas com partes relacionadas, praticando preços e prazos de acordo com as práticas de mercado em condições semelhantes as que seriam aplicadas entre partes não relacionadas.

Os saldos de ativos e passivos assim como as transações que influenciaram o resultado do período, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações da Companhia e sua controlada e seus acionistas, conforme demonstrado a seguir:

a. Contas patrimoniais

		Controladora		Consolidado	
	Nota	2017	2016	2017	2016
Ativo					
<i>Outros créditos</i>					
BRVias S.A.	(i)	-	-	864	2.189
Passivo					
<i>Serviços prestados</i>					
Empresa Princesa do Norte S.A.	(iii)	-	-	493	152
Splice Ind e Com de Serviços	(iv)	-	-	269	88
Noroestecom Telecomunicações S/A.	(ix)	-	-	-	-
Marília Transporte Ltda.		-	-	-	1
Efradeb Consultoria e Assessoria Empresarial	(vi)	-	-	-	10
Total fornecedores (nota explicativa nº 19)		-	-	762	251
Dividendos a pagar					
Fundo de Investimento em Participações Volluto	(viii)	33	33	33	33
Splice do Brasil Telecomunicações e Eletronica S.A.	(viii)	33	33	33	33
		66	66	66	66
Empréstimos e financiamentos (Mútuos) - (nota explicativa nº 17)					
Patrimony Administradora de Bens S.A.	(x)	4.866	4.381	4.872	4.381
Comport Participações S.A.	(x)	15.463	14.053	15.765	14.053
Splice do Brasil Telecomunicações e Eletronica S.A.	(x)	20.315	18.182	20.353	18.182
Henrique Constatino	(x)	-	1.550	-	1.550
Joaquim Constantino Neto	(x)	-	1.550	-	1.550
Constantino de Oliveira Junior	(x)	-	1.550	-	1.550
Ricardo Constantino	(x)	-	1.550	-	1.550
		40.644	42.816	40.990	42.816
Adiantamento para futuro aumento de capital					
Splice do Brasil Telecomunicações e Eletronica S.A.		35.100	6.200	35.100	6.200
Fundo de Investimento em Participações		32.200	-	32.200	-
		67.300	6.200	67.300	6.200

b. Transações que afetaram o resultado

		Valor da transação no resultado do exercício			
	Nota	2017	2016	2017	2016
<i>Serviços prestados</i>					
Empresa Princesa do Norte S.A.	(iii)	-	-	(1.643)	(1.946)
Splice Ind e Com de Serviços	(iv)	-	-	(1.122)	(1.315)
BRVias S.A.	(vii)	-	-	(2.805)	(7.563)
Barbará Obras e Edificações Ltda.	(ii)	-	-	-	(555)
AvineEngenharia Ltda EPP	(v)	-	-	-	(82)
NoroestecomTelecomunicações S/A.	(ix)	-	-	(43)	(57)
ConservaçãoSorocabana Ltda.	(ii)	-	-	-	(16)
Marília Transporte	(iii)	-	-	-	(17)
Efradeb Consultoria e Assessoria Empresarial	(vi)	-	-	(122)	(154)
Total		-	-	(5.715)	(11.433)

- (i) São serviços administrativos tais como publicação de balanço e outros que foram pagos pela Companhia;
- (ii) As transações referem-se à execução direta e/ou indireta as obras e serviços de engenharia previstas nos itens do programa de exploração de rodovia;
- (iii) Serviços de transportes de pessoal;
- (iv) Execução de serviços de operação de equipamentos eletrônico de fiscalização e registro das infrações de excesso de velocidade na Rodovia;
- (v) Serviços de consultoria de engenharia;
- (vi) Serviços de consultoria administrativa;
- (vii) Serviços administrativos realizados pelo Centro de Serviços Compartilhado;
- (viii) Dividendos mínimos obrigatórios referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014.
- (ix) Outros serviços diversos.
- (x) Refere-se a mútuos financeiros atualizados a 101% do CDI, com vencimento para 2018

14 Investimentos - controladora

A sua controladora registrou um lucro de R\$ 44.845 no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 (prejuízo de R\$ 66.162 em 2017).

A controlada não tem suas ações negociadas em bolsa de valores.

O quadro abaixo apresenta um sumário das informações financeiras em empresa controlada.

ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A.

	Participação	Ativos circulantes	Ativos não circulantes	Total de ativos	Passivos circulantes	Passivos não circulantes	Total de passivos	Ativo líquido	Receita	Custos e Despesas	Lucro líquido /Prejuízo
31 de dezembro de 2017	100%	86.389	984.143	1.070.532	693.038	46.900	739.938	330.594	208.937	(164.092)	44.845
31 de dezembro de 2016	100%	45.700	962.742	1.008.442	725.640	40.073	766.343	242.099	231.912	(298.756)	(66.844)

A seguir é demonstrado a movimentação do capital social da controlada:

	Capital integralizado		
	Capital social	Capital a integralizar	Capital integralizado
Saldo em 31 de dezembro de 2016	<u>389.000</u>	<u>(66.789)</u>	<u>322.211</u>
Integralização de capital conforme AGE em 29 de dezembro de 2017	<u>-</u>	<u>43.650</u>	<u>43.650</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2016	<u><u>389.000</u></u>	<u><u>(23.139)</u></u>	<u><u>365.861</u></u>

15 Imobilizado - consolidado

Em milhares de Reais	Computadores e periféricos	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Total
Custo					
Saldo em 1º de janeiro de 2016	4.042	4.937	1.654	131	10.764
Adições	193	50	202	1.871	2.316
Baixas	<u>-</u>	<u>(100)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(100)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2016	4.235	4.887	1.856	2.002	12.980
Adições	140	182	67	18	407
Baixas	<u>-</u>	<u>(3)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(3)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>4.375</u>	<u>5.066</u>	<u>1.923</u>	<u>2.020</u>	<u>13.384</u>
Depreciação acumulada					
Saldo em 1º de janeiro de 2016	(1.693)	(2.210)	(667)	(68)	(4.638)
Depreciação no exercício	<u>(568)</u>	<u>(52)</u>	<u>(175)</u>	<u>(512)</u>	<u>(1.307)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(2.261)	(2.262)	(842)	(580)	(5.945)
Depreciação no exercício	<u>(608)</u>	<u>(370)</u>	<u>(188)</u>	<u>(690)</u>	<u>(1.856)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>(2.869)</u>	<u>(2.632)</u>	<u>(1.030)</u>	<u>(1.270)</u>	<u>(7.801)</u>
Valor líquido contábil					
Em 31 de dezembro de 2016	1.974	2.365	1.014	1.682	7.035
Em 31 de dezembro de 2017	1.506	2.434	893	750	5.583

16 Intangível - Consolidado

	Praças de pedágio	Recuperação Da rodovia	Sistema de arrecadação	Direito de outorga(i)	Outros- concessão(ii)	Software	Total
Custo							
Saldo em 1º de janeiro de 2016	35.087	433.883	7.796	413.597	115.527	2.971	1.008.861
Aquisições e construções	119	20.561	258	-	35.320	304	56.562
Saldo em 31º de dezembro de 2016	35.206	454.444	8.054	413.597	150.847	3.275	1.065.423
Aquisições e construções	-	10.975	26	-	13.521	13	24.535
Baixas	(86)	-	-	-	(806)	-	(892)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	35.119	465.419	8.080	413.597	163.562	3.289	1.089.066
Amortização acumulada							
Saldo em 1º de janeiro de 2016	(7.997)	(20.040)	(1.565)	(44.465)	(6.708)	(930)	(81.705)
Amortização do exercício	(976)	(12.601)	(223)	(11.469)	(4.183)	(91)	(29.543)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(8.973)	(32.641)	(1.788)	(55.934)	(10.891)	(1.021)	(111.248)
Amortização do exercício	(685)	(8.845)	(157)	(8.050)	(2.936)	(64)	(20.736)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(9.658)	(41.486)	(1.945)	(63.984)	(13.827)	(1.085)	(131.984)
Valor líquido contábil							
Em 31 de dezembro de 2016	26.233	421.803	6.226	357.663	139.956	2.254	954.175
Em 31 de dezembro de 2017	25.462	423.933	6.135	349.613	149.735	2.204	957.082

- (i) Conforme descrito na nota explicativa nº 1, a sua controlada registrou o direito de outorga decorrente das obrigações a pagar do ônus da concessão, conforme demonstramos a seguir:

	2009
Valor da outorga	411.000
Ajuste a valor presente	(11.202)
Atualização monetária anterior ao início das atividades	13.799
	413.597

- (ii) Representado por outros investimentos relacionados ao contrato de concessão conforme previsto no Programa de Investimentos.

Os ativos intangíveis da sua controlada são compostos pelo custo de aquisição e/ou construção e possuem vida útil definida. O critério para amortização do ativo intangível, exceto veículos da operação, é com base na curva de tráfego projetada até o final do prazo de concessão, desta forma, a receita e a amortização do intangível estão alinhadas pelo prazo da concessão.

As amortizações dos ativos intangíveis são incluídas na rubrica denominada “Custos dos serviços prestados”, nas demonstrações de resultado.

Não existem ativos intangíveis individualmente relevantes inseridos nos grupos apresentados, exceto o Direito de outorga que é composto por um único item devidamente detalhado no quadro acima.

Anualmente, ou a qualquer momento em que a Administração identifique algum risco no valor recuperável dos seus ativos, o cálculo do valor recuperável é avaliado com o objetivo de identificar possíveis riscos quanto à redução ao valor recuperável em relação à sua unidade geradora de caixa ("UGC"). Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 o tráfego de veículos equivalentes foi de 39.021 mil (em 31 de dezembro de 2016 foi de 39.065 mil). O método para o cálculo do valor recuperável utilizado foi o fluxo de caixa descontado, com base em projeções econômico-financeiras, sendo que a partir dessa avaliação a Administração não identificou necessidade de registro de redução ao valor recuperável.

17 Empréstimos e financiamentos

Esta nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais do financiamento com juros, mensurado pelo custo amortizado. Para mais informações sobre a exposição da Companhia e sua controlada a riscos de taxas de juros e liquidez, veja nota explicativa nº 27.

	Taxa de Juros a.a. Indexador	Vencimento	Controladora		Consolidado	
			2017	2016	2017	2016
Finame-BNDES(i)	5,50% -	2021	-	-	541	710
Finem-BNDES(ii)	2,41% TJLP	2025	-	-	117.866	137.468
Finem-BNDES(ii)	2,41% UMIPCA-M.	2025	-	-	59.034	68.852
CCB	5,00% CDI	2017	-	-	-	15.092
CCB	5,80% CDI	2020	-	-	27.545	-
Leasing	17,09% a 19,68% -	2017-2022	-	-	844	1.766
Mútuo financeiro (nota explicativa nº 13)	11,20% CDI	2018	40.644	42.816	40.990	42.816
Total (iii)			40.644	42.816	246.820	266.704
Parcela circulante			40.644	42.816	230.110	266.704
Parcela não circulante			-	-	16.364	-

Movimentação dos empréstimos e financiamentos consolidados:

Controladora

	2017	2016
Saldos iniciais	42.816	31.822
Variações dos fluxos de caixa de financiamento		
Mútuos capitalizados	-	(15.000)
Mútuos pagos	(12.200)	-
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	(12.200)	(15.000)
Outras variações		
Novas captações	6.000	21.200
Despesas de juros	4.028	4.794
Total de outras variações	10.028	25.994
Saldos finais	40.644	42.816

Consolidado

	2017	2016
Saldos iniciais	266.704	293.006
Variações dos fluxos de caixa de financiamento		
Pagamentos de financiamentos (principal e juros capitalizados)	(47.244)	(80.434)
Mútuos capitalizados	-	(15.000)
Pagamentos de juros	(22.465)	(25.262)
Mútuos pagos	(12.200)	-
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	(81.909)	(120.696)
Outras variações		
Novas captações	34.854	21.200
Despesas de juros	26.825	73.194
Total de outras variações	61.679	94.394
Saldos finais	246.474	266.704

- (i) Empréstimo obtido junto ao BNDES, por intermédio de instituição financeira, na modalidade Finame para aquisição de equipamentos e veículos para operação da Rodovia, tendo como garantia os próprios bens.

- (ii) Em 14 de dezembro de 2011, a sua controlada firmou, em conjunto com o BNDES, contrato de financiamento mediante abertura de crédito no valor total de R\$ 343.706, sobre 71,4% do principal da dívida incidem juros de 2,41% a.a. mais TJLP, com exigibilidade mensal e durante o período de carência, com exigibilidade trimestral e sobre 28,6% do principal da dívida incidem juros de 2,41% a.a. mais UMIPCA-M (Unidade Monetária IPCA), com exigibilidade anual e carência durante os dois primeiros anos. Recursos que foram e serão utilizados para investimentos na rodovia. O valor total de R\$ 343.706, sendo que, até 31 de dezembro de 2015, foram liberados R\$ 274.246. Conforme cláusulas contratuais firmadas entre as partes, o saldo de R\$ 69.460 será liberado até o ano de 2015, concomitantemente ao cronograma de investimento do Contrato de Concessão, nas respectivas proporções de desembolso para cada subcrédito.

A amortização do principal dos subcréditos atrelados a TJLP será em 114 prestações mensais, divididas em cinco subcréditos e iniciadas em 15 de maio de 2012 (Sub A), 15 de novembro de 2013 (Sub C e E), 15 de novembro de 2015 (Sub H e J). Já a amortização do principal dos subcréditos atrelados a UMIPCA-M será em 9 prestações anuais, divididas em cinco subcréditos e iniciadas em 15 de maio de 2013 (Sub B) e em 15 de janeiro de 2015 (Sub D, F, I e K). O Subcrédito G será utilizado na implantação de projetos sociais nas populações lindeiras ao longo da rodovia, a amortização deste subcrédito se dará em 114 parcelas mensais, a serem iniciadas em 15 de novembro de 2015, ao custo de TJLP.

Em dezembro de 2011 foi liberado o montante de R\$ 140.000, referentes aos seguintes subcréditos: R\$ 57.676 do Subcrédito A, R\$ 23.103 do Subcrédito B, R\$ 35.000 do Subcrédito C e R\$ 24.222 do Subcrédito D.

Em outubro de 2012 foi liberado o montante de R\$ 29.000 e em 14 de dezembro de 2012 foi liberado o montante de R\$ 6.000, referente ao subcrédito "C". Estes recursos foram utilizados para investimentos na rodovia.

Em abril de 2013 foi liberado o montante de R\$ 30.000, referentes aos seguintes subcréditos: R\$ 18.694 do Subcrédito C e R\$ 11.306 do Subcrédito D. Estes recursos foram utilizados para investimentos na rodovia.

Em maio e junho de 2015 foram liberados o montante de R\$ 50.000, referentes aos seguintes subcréditos: R\$ 35.700 do Subcrédito H, R\$ 14.300 do Subcrédito I. Estes recursos foram utilizados para investimentos na rodovia.

Em janeiro, maio e junho de 2015 foram liberados o montante de R\$ 46.783, referentes aos seguintes subcréditos: R\$ 7.511 do Subcrédito C, R\$ 28.039 do Subcrédito H e R\$ 11.233 do Subcrédito I. Estes recursos foram utilizados para investimentos na rodovia.

Garantias:

- Cessão da totalidade dos Direitos Creditórios;
- Cessão do Crédito de Contas Vinculadas;
- Cessão da indenização que venha a ser devida pelo Poder Concedente, no caso de término antecipado do Contrato de Concessão;
- Penhor da totalidade das ações emitidas pela Concessionária; e
- Aval da Comporte Participações S.A e Splice do Brasil Telecomunicações e Eletrônica S.A, até que sejam cumpridas certas obrigações contratuais.

As Garantias Reais citadas acima são compartilhadas com a 1ª Emissão de Debêntures, na proporção do Saldo Devedor de cada Dívida.

O financiamento ainda conta com a Garantia no montante de R\$ 41.923 através de Fiança Bancária, que serão resgatadas quando da apresentação dos contratos de Garantia ao BNDES.

Os custos incorridos na captação são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera o valor total da comissão de R\$ 2.809 para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. Em 31 de dezembro de 2016 o montante a apropriar no resultado futuro totaliza R\$ 1.824.

As principais cláusulas restritivas dos contratos de financiamento com o BNDES descritos acima são as seguintes (controlada):

- Não realizar distribuição de dividendos, ou pagamentos de juros sobre capital próprio e ou pagamentos de juros ou principal de mútuos juntos aos controladores da companhia cujo valor, supere o mínimo previsto em lei, até o final do exercício de 2016;
- Sem prévia e expressa anuência do BNDES, não se endividar em valores que superem R\$ 20.000, com exceção as dívidas permitidas;
- Não contrair mútuos com sua acionista e com partes relacionadas de sua acionista, sem prévia e expressa anuência do BNDES;
- Manter os seguintes índices financeiros:
 - Patrimônio Líquido/Ativo Total maior ou igual a 20%;
 - Índice de Cobertura da Dívida ICSD superior a 1,2;
 - Manter o índice “Dívida Líquida / EBITDA anualizado” igual ou menor do que 5 (cinco) até dezembro de 2016, e igual ou menor do que 4 (quatro) a partir de janeiro de 2016, até final da liquidação das obrigações do contrato de financiamento.

Esses *covenants* financeiros são medidos junto aos credores de acordo com as demonstrações financeiras para o período e exercício findos em junho e dezembro de cada ano, sendo que para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a controlada atingiu o índice de Dívida líquida / EBITDA de 5,16 ao passo que a cláusula contratual define que seja igual ou menor a 4; e a Companhia atingiu o índice de ICSD de 1,21 e a cláusula contratual define que seja superior a 1,2 (exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, a controlada atingiu o índice de Dívida líquida / EBITDA de 6,26 ao passo que a cláusula contratual define que seja igual ou menor a 4; e a Companhia atingiu o índice de ICSD de 0,72 ao passo que a cláusula contratual define que seja superior a 1,2), porém a Administração obteve anuência do BNDES para o descumprimento do covenant de Dívida líquida / EBITDA e ICSD para o exercício findo em 31 de de dezembro de 2017.

As seguintes cláusulas restritivas dos contratos de financiamento com o BNDES também não foram atendidas, fato que pode ensejar o vencimento antecipado, motivo pelo qual a controlada classificou as parcelas vincendas há mais de doze meses no passivo circulante, em atendimento as normas contábeis: a) captação de novos empréstimos e financiamentos no exercício no montante de R\$ 28.854, sem a anuência formal do BNDES; e b) Falta de certidões negativas de débitos municipais para todos os municípios onde atua, conforme previsto no contrato.

Em 31 de dezembro de 2017 a controlada possuía R\$ 41.923 de linha de crédito aprovada junto ao BNDES e a liberar. A liberação ocorre mediante a comprovação dos investimentos previstos no cronograma de desembolsos apresentado ao BNDES.

Os empréstimos e financiamentos possuem, em 31 de dezembro de 2017, taxa média ponderada de 7,92% a.a.

18 Debêntures

Esta nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais das debêntures com juros, mensurado pelo custo amortizado. Para mais informações sobre a exposição da Companhia e sua controlada a riscos de taxas de juros e liquidez, veja nota explicativa nº 27.

Data da liberação	Série	Valor da emissão	Vencimento	Encargos (% ao ano)	Controladora		Consolidado	
					2017	2016	2017	2016
15/07/2011	Única	60.000	15/07/2020	IGP-M + 12%	79.403	88.340	79.403	88.340
04/06/2012	Única	300.000	04/06/2027	IPCA + 7,75%	-	-	440.079	418.579
Total					79.403	88.340	519.482	506.916

Movimentação das debentures consolidadas:

	2017	2016
Saldos iniciais	506.916	489.137
Variações dos fluxos de caixa de financiamento		
Pagamentos de financiamentos (principal e juros capitalizados)	(1.634)	-
Pagamentos de juros	(31.035)	(56.414)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	(32.669)	(56.414)
Outras variações		
Despesas de juros	45.235	74.193
Total de outras variações	45.235	74.193
Saldos finais	519.482	506.916

(i) Controladora

A Companhia realizou em 15 de junho de 2011, a primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações em uma única série, no valor total de R\$ 60.000, cuja integralização ocorreu em 15 de julho de 2011.

Foram emitidas 60.000 debêntures que serão atualizadas a partir da data de emissão, com base na variação do Índice Geral de Preços de Mercado ("IGP-M") acrescido da taxa percentual de Juros Remuneratórios equivalentes a 12% ao ano, incidentes sobre o saldo não amortizado do Valor Nominal Unitário Atualizado.

Garantias

- 100% das ações preferenciais integrantes do capital social da controlada;
- Cessão fiduciária dos dividendos devidos pela sua controlada;
- Fiança oferecida pela Comporte Participações S.A. e Splice do Brasil Telecomunicações e Eletrônica S.A.;
- Contrato de suporte financeiro pela Splice do Brasil Telecomunicações e Eletrônica S.A. e Comporte Participações S.A.

Cláusulas restritivas

- Assunção de quaisquer dívidas sem a anuência dos titulares das Debêntures;
- Pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio somente caso não haja nenhum inadimplemento financeiro ou obrigacional da Companhia após verificação do Debenturista;
- Descumprimento pela Companhia ou por sua controlada, de quaisquer obrigações e condições previstas em quaisquer outros contratos dos quais seja parte, em valor individual ou agregado igual ou superior a R\$ 10.000, não sanado no prazo de 30 dias corridos ou que não estejam sendo contestadas de boa-fé.

Tendo em vista o descumprimento da controlada conforme mencionado na nota explicativa 18 (ii) e 17, em 31 de dezembro de 2017, referente as obrigações e condições previstas no contrato, o montante R\$ 79.403 foi reclassificado do passivo não circulante para o passivo circulante em atendimento ao item 74 do Pronunciamento Técnico Contábil CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis. A Administração já iniciou as negociações junto ao credor, porém até a emissão destas demonstrações financeiras não obteve sucesso na obtenção de *waiver* junto ao credor.

(ii) Controlada

Em 04 de junho de 2012, a sua controlada realizou a primeira emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, com esforços restritos de colocação, no valor total de R\$ 300.000. Foram emitidas 300 debêntures com o valor nominal unitário de R\$ 1.000, com vencimentos anuais, primeiro vencimento em 2018 e último vencimento em 04 de junho de 2027. As Debêntures serão atualizadas com base na variação do IPCA acrescido da taxa percentual equivalente a 7,75% ao ano.

Cada uma das debêntures fará jus a juros, pagáveis a cada período de 12 (doze) meses contados da data de emissão, iniciando em 04 de junho de 2013 até 04 de junho de 2027.

Garantias

- Cessão da totalidade dos Direitos Creditórios;
- Cessão do Crédito de Contas Vinculadas;
- Cessão da indenização que venha a ser devida pelo Poder Concedente, no caso de término antecipado do Contrato de Concessão;
- Penhor da totalidade das ações emitidas pela Concessionária; e
- Fiança da Comporte Participações S.A. e Splice do Brasil Telecomunicações e Eletrônica S.A. e BRVias Holding VRD S.A., e a partir de 20 de junho de 2013, da BRVias Holding TBR S/A.

As Garantias Reais citadas acima são compartilhadas com a 1ª Emissão de Debêntures, na proporção do Saldo Devedor de cada Dívida.

As principais cláusulas restritivas dos contratos descritos acima são as seguintes (aplicáveis à controlada):

- Manter os seguintes índices financeiros:
 - Índice de Cobertura da Dívida ICSD superior a 1,3;
 - Manter o índice “Dívida Líquida / EBITDA anualizado” igual ou menor do que 5,1 até dezembro de 2016, igual ou menor do que 4,5 até dezembro de 2016, e igual ou menor do que 3,5 até dezembro de 2017, igual ou menor do que 3,0 até dezembro de 2018, igual ou menor do que 2,5 até dezembro de 2019 e igual ou menor do que 2,0 a partir de janeiro de 2020 até final da liquidação das obrigações do contrato de financiamento;
 - Manter o índice “Dívida Líquida / Patrimônio Líquido” anualizado igual ou menor do que 4,0 até dezembro de 2016, igual ou menor do que 3,5 até dezembro de 2016, e igual ou menor do que 3,0 até dezembro de 2018, igual ou menor do que 2,5 até dezembro de 2019 e igual ou menor do que 2,0 a partir de janeiro de 2020 até final da liquidação das obrigações do contrato de financiamento;
 - Patrimônio Líquido/Ativo Total maior ou igual a 20%; e,
 - Manter o índice “EBITDA/Despesas Financeira” anualizado igual ou maior do que 1,5 até dezembro de 2016, igual ou maior do que 2,0 até dezembro de 2017 e igual ou maior do que 2,5 a partir janeiro de 2018 até final da liquidação das obrigações do contrato de financiamento.

Esses *covenants* financeiros são medidos junto aos credores de acordo com as demonstrações financeiras para exercício findos em dezembro de cada ano, sendo que para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, a controlada da controlada atingiu o índice de ICSD de 0,72 ao passo que a cláusula contratual define que seja superior a 1,3; a controlada da controlada atingiu os índices de Dívida líquida / EBITDA de 6,26 ao passo que a cláusula contratual define que seja igual ou menor a 3,5, e EBITDA/Despesas financeira de 0,97 ao passo que a cláusula contratual define que seja igual ou maior que 1,5, e como consequência, o montante de R\$ 409.738, foi reclassificado do passivo circulante em atendimento ao item 74 do Pronunciamento Técnico Contábil CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis. Administração já iniciou as negociações junto ao credor, porém até a emissão destas demonstrações financeiras a Administração não obteve sucesso na obtenção de waiver junto ao credor. A controlada acredita que a anuência do credor para o descumprimento de *covenants* será obtido com data posterior às demonstrações financeiras, uma vez que já está em tramitação interna junto aos comitês de aprovação do debenturista.

Os custos incorridos na captação são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera o valor total da comissão de R\$2.214 para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. O montante a apropriar no resultado futuro em 31 de dezembro de 2017 é de R\$1.445.

19 Fornecedores- Consolidado

	Nota	2017	2016
Fornecedores - partes relacionadas	13	762	251
Fornecedores diversos		20.180	16.454
Medições a pagar		<u>1.848</u>	<u>2.698</u>
Sub-total		22.140	23.403
Retenções (i)		<u>16.283</u>	<u>16.253</u>
Total		<u>39.073</u>	<u>35.656</u>

- (i) A sua controlada adota como procedimento, realizar retenções parciais do valor do serviço contratado, para honrar com possíveis riscos de contingências dos terceiros, uma vez que a sua controlada é acionada judicialmente por ser responsável solidária. Estes percentuais de retenção estão determinados por meio de contratos de prestação de serviço assinado entre as partes.

	2017	2016
A Vencer		
De 1 a 30 dias	8.367	8.111
De 31 a 60 dias	908	5.383
De 61 a 90 dias	479	917
De 91 a 180 dias	2	205
De 181 a 360 dias	<u>1</u>	<u>87</u>
	<u>9.757</u>	<u>14.703</u>
Vencidas:		
Até 30 dias	3.965	3.508
De 31 a 60 dias	2.607	769
De 61 a 90 dias	1.979	65
De 91 a 180 dias	2.388	2.060
De 181 a 360 dias	346	1.014
A mais de 360 dias	<u>1.008</u>	<u>1.285</u>
	<u>12.383</u>	<u>8.700</u>
	<u>22.140</u>	<u>23.403</u>

19.1 Fornecedores - Risco sacado - Consolidado

A Companhia possui contratos firmados com bancos para estruturar alguns de seus fornecedores a operação denominada “forfait”. Nestas operações os fornecedores transferem o direito do recebimento dos títulos para os bancos que, por sua vez, passam a ser credores da operação. A utilização de instituição financeira intermediando a aquisição de serviços com tais fornecedores tem por objetivo alongar o prazo de pagamento e contribuir para a melhoria do fluxo de caixa operacional. Considerando as características de tais transações e ciente do ofício CVM 01/2016 de 18 de fevereiro de 2016, a Companhia e sua controlada estão apresentando o saldo de tais transações em rubrica específica.

20 Provisão para manutenção- Contrato de concessão (Consolidado)

A sua controlada constitui provisão para manutenção tendo como objetivo mensurar adequadamente o passivo com a melhor estimativa do gasto necessário para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

Essa provisão é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão, trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio.

A sua controlada definiu que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificadas e destinadas a recompor a infraestrutura concedida as condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão. Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do contrato passam a ser provisionadas a medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente em uso para utilização pelos usuários.

O saldo da provisão está demonstrado abaixo:

	2017	2016
Passivo circulante	16.075	32.293
Passivo não circulante	<u>29.418</u>	<u>20.495</u>
Total	<u>45.493</u>	<u>52.788</u>

Movimentação da provisão para manutenção

Em 1º de janeiro de 2016	<u>40.057</u>
Realização por consumo	(28.075)
Adições	<u>40.806</u>
Em 31 de dezembro de 2016	<u>52.788</u>
Realização por consumo	(26.571)
Adições	<u>19.276</u>
Em 31 de dezembro de 2017	<u>45.493</u>

21 Ativos e passivos fiscais diferidos

a. Imposto de renda e contribuição social diferidos

A sua controlada em 31 de dezembro de 2016 reconheceu o imposto de renda e contribuição social diferidos passivos, referente à diferença temporária da amortização do intangível e despesas com encargos financeiros, que para fins fiscais são amortizadas linearmente e para fins contábeis de acordo com a curva do tráfego, conforme demonstrado:

	2017	2016
Ativo		
Prejuízo fiscal e base negativa	32.516	32.669
Provisão para manutenção	15.468	17.948
Outras provisões temporárias	380	1.417
(-) Ativo fiscal não reconhecido (*)	-	(42.799)
	48.364	9.235
Passivo		
Custos dos empréstimos	(1.333)	(1.333)
Intangíveis - Efeito temporário ICPC 1 (R1) / IFRIC 12	(27.075)	(28.132)
	(28.408)	(29.465)
	19.956	(20.230)
Passivo circulante	-	(1.319)
Passivo não circulante	-	(18.911)
Ativo não circulante	19.956	-

(*) Ativos fiscais diferidos não foram reconhecidos em sua totalidade com relação a estes itens por falta de premissas futuras com confiabilidade suficiente que permitisse o registro do ativo fiscal diferido, conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 32 - Tributos Sobre o Lucro.

b. Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos

	2017	2016	Movimentação no resultado	
	2017	2016	2017	2016
Ativo				
Prejuízo fiscal e base negativa	32.516	32.669	(153)	14.955
Provisão para manutenção	15.468	17.948	(2.480)	4.329
Outras provisões temporárias	380	1.417	(1.037)	382
(-) Ativo fiscal não reconhecido	-	(42.799)	42.799	(19.666)
	48.364	9.235	39.129	-
Passivo				
Custos dos empréstimos	(1.333)	(1.333)	-	-
Intangíveis - Efeito temporário	(27.075)	(28.132)	1.057	1.318
	(28.408)	(29.465)	1.057	1.318
	19.956	(20.230)	40.186	1.318

c. Créditos tributários

Companhia

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possuía créditos tributários a compensar sobre os seguintes valores base:

	2017	2016
Prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa de contribuição social	82.440	62.484

Ativos fiscais diferidos sobre prejuízos fiscais não foram contabilizados devido a falta de premissas convincentes para cálculo da expectativa de geração de lucros tributáveis futuros. A Companhia considera evidência convincente o primeiro exercício social que apresentar lucro tributável, aliado ao histórico de confiabilidade das projeções de recuperação do ativo fiscal diferido.

A compensação dos prejuízos fiscais de imposto de renda e da base negativa da contribuição social está limitada à base de 30% dos lucros tributáveis anuais, sem prazo de prescrição.

Controlada

Em 31 de dezembro de 2017, a sua controlada possuía créditos tributários a compensar sobre os seguintes valores base:

Controlada	2017	2016
Prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa de contribuição social	95.637	96.084

A compensação dos prejuízos fiscais de imposto de renda e da base negativa da contribuição social está limitada à base de 30% dos lucros tributáveis anuais, sem prazo de prescrição.

d. Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

Reconciliação da despesa de IR e CS	Controladora	
Descrição	2017	2016
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	39.055	(89.076)
Alíquota nominal	34%	34%
(=) Crédito de impostos a alíquota nominal	13.279	30.286
Equivalência patrimonial	15.247	(22.727)
(+) Créditos de prejuízos fiscais não reconhecidos	(1.968)	(7.559)
(=) Imposto de renda e contribuição social no resultado	-	-
Alíquota efetiva	0%	0%

Reconciliação da despesa de IR e CS		Consolidado	
Descrição		2017	2016
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		(783)	(90.396)
Alíquota nominal		34%	34%
(=) Crédito de impostos a alíquota nominal		(266)	30.735
(+) Adições permanentes		(31)	(152)
- / (+) Créditos de prejuízos fiscais reconhecidos (não reconhecidos)		41.628	(27.225)
(-) Outros		(1.145)	(2.039)
Impostos diferidos		40.186	1.319
(=) Imposto de renda e contribuição social no resultado		40.183	1.319
Alíquota efetiva		(5.013%)	(1%)

A alíquota nominal dos impostos é de 34% sobre o lucro ajustado conforme a legislação vigente do Brasil para o lucro real. A alíquota efetiva demonstrada acima apresenta a melhor estimativa da administração da alíquota anual esperada.

22 Provisão para contingências - Consolidado

A Companhia e sua controlada, no curso normal de suas atividades, está sujeita aos processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas na mesma data, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências.

Em 31 de dezembro de 2017, está provisionado o montante de R\$ 1.118 (R\$ 1.297 em 2016), o qual na opinião da Administração, com base na opinião de assessores legais, é suficiente para fazer face às perdas esperadas com o desfecho dos processos em andamento.

Resumo da movimentação

Descrição	Cíveis	Trabalhistas	Total
31 de dezembro de 2016	597	724	1.321
Constituição de provisão	157	(181)	(24)
31 de dezembro de 2016	754	543	1.297
Provisão / (reversão de provisão)	(12)	(167)	(179)
31 de dezembro de 2017	742	376	1.118

Adicionalmente, a Controlada é parte de outras ações cujo risco de perda, de acordo com os advogados externos responsáveis e a administração do Grupo, é possível, para os quais nenhuma provisão foi reconhecida, no montante de R\$ 2.549 em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 3.517 em 2016). A Controlada possui seguro contratado de responsabilidade cível no valor de R\$ 33.300 (nota explicativa nº 27) e retenções contratuais de fornecedores para possíveis contingências trabalhistas, no qual a Companhia é responsável solidária.

Descrição	2017		2016	
	Quantidade	R\$	Quantidade	R\$
Cíveis	22	979	31	1.535
Trabalhistas	27	1.570	38	1.982
Total	49	2.549	69	3.517

A Controlada possui seguro contratado de responsabilidade cível no valor de R\$ 26.500 (nota explicativa nº 27), seguro para possíveis atrasos em obras conforme previsto no edital licitatório no valor de R\$ 119.145 (nota explicativa nº 27) e retenções contratuais de fornecedores para possíveis contingências trabalhistas, no qual a Controlada é responsável solidária.

23 Patrimônio líquido - Controladora

Capital social

Em 03 de outubro de 2012, o sócio Comporte Participações S.A. que detinha da Viarondon um montante de R\$ 56.062 este representado por 56.061.700 de ações, representado por 28.030.850 ações ordinárias e 28.030.850 ações preferenciais, transferiu o total de ações detidas ao Fundo de Investimento em Participações Volluto.

Em 26 de maio de 2017 a Companhia na Assembleia Geral Extraordinária aprovou o valor do aumento de capital social no montante de R\$ 110.000, com isso o capital social da Companhia passou de R\$ 237.470 para R\$ 347.470, e está representado por 347.469.536 de ações, sendo 173.734.768 de ações ordinárias e 173.734.768 de ações preferenciais.

A composição acionária em 31 de dezembro de 2017, é apresentada abaixo:

Descrição		%
Splice do Brasil Telecomunicações e Eletrônica S.A.	173.622.868	49,9
Fundo de Investimento em Participações Volluto	173.846.668	50,1
	347.469.536	100,0

Reserva de capital

Constituída no ganho de capital na controlada, decorrente da aplicação dos novos Pronunciamentos contábeis - CPCs em 2010.

24 Receita operacional líquida - consolidado

Abaixo a composição da receita operacional líquida:

	2017	2016
Receita de pedágios	197.602	186.239
Receita de construção	23.750	56.259
Receitas acessórias	332	407
Outras receitas	55	457
Tributos incidentes	(16.298)	(15.488)
Total	205.441	227.874

25 Gastos por natureza

A seguir, a composição das despesas por natureza:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Serviços de terceiros	(530)	(384)	(28.877)	(34.386)
Custo com pessoal	-	-	(23.279)	(23.279)
Amortização e depreciação	-	-	(30.850)	(30.850)
Provisão para manutenção	-	-	(40.886)	(40.886)
Custo de contrato concessão	-	-	(11.337)	(11.337)
Outros	(54)	(16)	(28.401)	(3.100)
Total	(583)	(400)	(134.061)	(143.840)
Custo dos serviços prestados	-	-	(100.648)	(136.175)
Despesas administrativas e gerais (i)	(583)	(400)	(10.879)	(7.665)
Custo de construção	-	-	(23.750)	(56.259)

(i) As despesas administrativas são compostas somente com despesas com pessoal.

26 Resultado financeiro, líquido

As receitas e despesas financeiras incorridas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 foram:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Rendimento de aplicações financeiras	-	901	3.496	4.938
Outros	-	-	-	-
Total receitas financeiras	-	901	3.496	4.938
Juros sobre financiamentos	(5.206)	(22.734)	(67.368)	(110.088)
Outros	-	-	(7.074)	(13.021)
Total despesas financeiras	(5.206)	(22.734)	(74.442)	(123.109)
Resultado financeiro líquido	(5.206)	(21.833)	(70.946)	(118.171)

27 Instrumentos financeiros

a. Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo.

Controladora

Valor contábil						Valor justo			
		Valor Justo através do resultado (Negociação)	Empréstimos e recebíveis	Outros passivos financeiros	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
31 de dezembro de 2017									
Ativos									
Caixa e equivalentes de caixa	10	-	1.381	-	1.381	1.381	-	-	1.381
Dividendos a receber e outros créditos		-	32	-	32	-	-	-	-
Passivos									
Empréstimos e financiamentos	17	-	-	40.644	40.644	-	40.644	-	40.644
Debêntures	18	-	-	79.403	79.043	-	79.403	-	79.403
Dividendos e contas a pagar		-	-	991	991	-	-	-	-
Valor contábil						Valor justo			
		Valor Justo através do resultado (Negociação)	Empréstimos e recebíveis	Outros passivos financeiros	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
31 de dezembro de 2016									
Ativos									
Caixa e equivalentes de caixa	10	-	653	-	653	653	-	-	653
Dividendos a receber e outros créditos		-	38	-	38	-	-	-	-
Passivos									
Empréstimos e financiamentos	17	-	-	42.816	42.816	-	42.816	-	42.816
Debêntures	18	-	-	88.340	88.340	-	88.340	-	88.340
Dividendos e contas a pagar		-	-	815	815	-	-	-	-

Consolidado

		Valor contábil				Valor justo			
		Valor Justo através do resultado (Negociação)	Empréstimos e recebíveis	Outros passivos financeiros	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
31 de dezembro de 2017	Nota								
Ativos									
Caixa e equivalentes de caixa	10	-	2.852	-	2.852	-	2.852	-	2.852
Aplicação financeira	11	66.616	-	-	66.616	-	66.616	-	66.616
Contas a receber de clientes	12	-	13.515	-	13.515	-	-	-	-
Outros créditos		-	4.819	-	4.819	-	-	-	-
Passivos									
Empréstimos e financiamentos	17	-	-	230.110	230.110	-	230.110	-	230.110
Debêntures	18	-	-	519.482	519.482	-	519.482	-	519.482
Fornecedores	19	-	-	39.073	39.073	-	-	-	-
Dividendos e contas a pagar		-	-	1.141	1.141	-	-	-	-

		Valor contábil				Valor justo			
		Valor Justo através do resultado (Negociação)	Empréstimos e recebíveis	Outros passivos financeiros	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
31 de dezembro de 2016	Nota								
Ativos									
Caixa e equivalentes de caixa	10	-	3.947	-	3.947	-	3.947	-	3.947
Aplicação financeira	11	26.556	-	-	26.556	-	26.556	-	26.556
Contas a receber de clientes	12	-	10.559	-	10.559	-	-	-	-
Outros créditos		-	4.583	-	4.583	-	-	-	-
Passivos									
Empréstimos e financiamentos	17	-	-	266.704	266.704	-	266.704	-	266.704
Debêntures	18	-	-	506.915	506.915	-	506.915	-	506.915
Fornecedores	19	-	-	42.521	42.521	-	-	-	-
Dividendos e contas a pagar		-	-	853	853	-	-	-	-

b. Mensuração do valor justo

O valor justo para o financiamento do BNDES é o registrado contabilmente uma vez que não existem instrumentos similares com vencimentos e taxas de juros comparáveis.

Os demais valores contábeis referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado.

Não ocorreram transferências entre níveis a serem consideradas em 31 de dezembro de 2017.

c. Gerenciamento dos riscos financeiros

A Companhia e sua controlada apresentam exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de liquidez;
- Risco de mercado; e
- Risco de crédito.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia e sua controlada para cada um dos riscos acima, os objetivos da Companhia e sua controlada, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Companhia e sua controlada.

(i) Estrutura do gerenciamento de risco

O Conselho de Administração é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia e sua controlada.

(ii) Risco de liquidez

A Companhia e sua controlada estão expostas a riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais, a riscos de mercado, decorrentes de variações de taxas de juros e ao risco de crédito, decorrente da possibilidade de inadimplemento de suas contrapartes em aplicações financeiras e contas a receber.

A Companhia e sua controlada adotam procedimentos de gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito, através de mecanismos do mercado financeiro que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos da Companhia, protegendo a rentabilidade dos contratos e o patrimônio.

A previsão do fluxo de caixa é realizada pela Companhia e sua controlada, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimos e caixa suficiente para atendimento as necessidades operacionais do negócio.

O excesso de caixa gerado pela Companhia e sua controlada é investido em contas correntes com incidência de juros/remuneração, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

Cronograma de amortização da dívida - Consolidado

A seguir estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros incluindo pagamento de juros estimados:

Consolidado

Em 2017	Contábil	Fluxo contratual	12 meses	12 - 24 meses	24 - 39 meses
Empréstimos e financiamentos (*)	230.110	293.810	53.603	53.603	141.713
Debêntures (*)	519.482	777.828	75.871	82.671	619.286
Fornecedores e contas a pagar	39.073	39.073	39.073	-	-
Dividendos e contas a pagar	66	66	66	-	-
	<u>788.731</u>	<u>1.110.777</u>	<u>213.504</u>	<u>136.274</u>	<u>760.999</u>

Em 2016	Contábil	Fluxo contratual	12 meses	12 - 24 meses	24 - 39 meses
Empréstimos e financiamentos (*)	266.704	321.716	57.816	48.267	215.633
Debêntures (*)	506.916	776.036	18.266	76.168	681.602
Fornecedores e contas a pagar	42.521	42.521	42.521	-	-
Dividendos e contas a pagar	66	66	66	-	-
	<u>816.207</u>	<u>1.140.339</u>	<u>118.669</u>	<u>124.435</u>	<u>897.235</u>

(*) o cronograma da dívida foi divulgado levando em consideração a não quebra de *covenants* conforme notas explicativas 17 e 18.

(iii) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros e risco de preço que pode ser relativo às tarifas entre outros. A Companhia e sua controlada não tem importações ou exportações de insumos ou serviços e não apresenta em 31 de dezembro de 2016 ativos ou passivos em moeda estrangeira, consequentemente não apresentando exposição a riscos cambiais. A Companhia e sua controlada não tem ações negociadas em mercado.

Exposição a riscos de taxas de juros

Risco de taxa de juros é o risco de a Companhia e sua controlada virem a sofrer perdas econômicas devido às alterações adversas nas taxas de juros, que podem ser ocasionadas por fatores relacionados a crises econômicas e/ou alterações na política monetária no mercado interno. Essa exposição refere-se, principalmente, a mudanças nas taxas de juros de mercado que afetem os passivos da Companhia indexados pelo IPCA - Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo, CDI - Certificado de Depósito Interbancário, TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo e IGP-M - Índice Geral de Preços de Mercado.

Perfil

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros variáveis da Companhia e sua controlada eram:

		Valor contábil	
		2017	2016
Instrumentos de taxa pré-fixada			
Empréstimos e financiamentos		1.906	2.476
	Risco	Valor contábil	
		2017	2016
Instrumentos de taxa variável			
Empréstimos e financiamentos	CDI	82.113	36.364
Empréstimos e financiamentos	TJLP	119.494	137.468
Empréstimos e financiamentos	UMIPCA-M	59.850	68.852
Debêntures - Controlada	IPCA	428.080	418.576
Debêntures - Controladora	IGP-M	79.403	88.339

O objetivo da Companhia e sua controlada é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e sua controlada e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

Análise de sensibilidade

Os instrumentos financeiros podem sofrer variações de valor justo em decorrência da flutuação da taxa do CDI, IPCA, TJLP e IGP-M, principal exposição de risco de mercado da Companhia e sua controlada.

As avaliações de sensibilidade dos instrumentos financeiros as estas variáveis são apresentadas abaixo:

(iv) Seleção dos riscos

A Companhia e sua controlada selecionaram os riscos de mercado que mais podem afetar os valores dos instrumentos financeiros por ela detidos como sendo a taxa do CDI, IPCA, TJLP e IGP-M.

(v) Seleção dos cenários

Em atendimento a Instrução CVM nº 475/08, a Companhia e sua controlada apresentam na análise de sensibilidade três cenários, sendo um provável e dois que possam representar efeitos adversos para a Companhia e sua controlada.

Como cenário provável (Cenário I) adotamos a taxa de juros IPCA, CDI, TJLP e o IGP-M de acordo com as projeções obtidas no BACEN - Banco Central - Relatório FOCUS, CETIP - Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos, BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e FGV - Fundação Getúlio Vargas em 31 de dezembro de 2016..

Para os dois cenários adversos na taxa do IPCA, CDI, TJLP e IGP-M foram consideradas uma alta de 25% sobre o cenário provável (Cenário I) como cenário adverso possível (Cenário II) e de 50% como cenário adverso extremo (Cenário III).

(vi) Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros

A sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação da IPCA, CDI, TJLP e IGP-Mé apresentada na tabela abaixo:

Risco de taxa de juros sobre passivos financeiros - Apreciação das taxas

			Cenários					
Instrumentos	Exposição 2017	Risco	Provável		Aumento do índice em 25%		Aumento do índice em 50%	
			Valor		Valor		Valor	
Empréstimos e financiamentos	119.494	Aumento TJLP	7,00%	(8.365)	8,75%	(10.456)	10,50%	(12.547)
Empréstimos e financiamentos	59.850	Aumento UMIPCA	1,90%	(1.137)	2,38%	(1.421)	2,85%	(1.706)
Capital de giro	82.113	Aumento CDI	10,25%	(8.417)	12,81%	(10.521)	15,38%	(12.625)
Debêntures Controlada	428.080	Aumento IPCA	3,60%	(15.411)	4,50%	(19.264)	5,40%	(23.116)
Debêntures Controladora	79.403	Aumento IPCA	2,75%	(2.184)	3,44%	(2.729)	4,13%	(3.275)
Total dos passivos financeiros	768.940			(35.513)		(44.391)		(53.269)
Impacto no resultado do período apresentado				-		(8.878)		(17.756)

			Cenários					
Instrumentos	Exposição 2017	Risco	Provável		Redução do índice em 25%		Redução do índice em 50%	
			Valor		Valor		Valor	
Empréstimos e financiamentos	119.494	Aumento TJLP	7,00%	8.365	5,25%	6.273	3,50%	4.182
Empréstimos e financiamentos	59.850	Aumento UMIPCA	1,90%	1.137	1,43%	853	0,95%	569
Capital de giro	82.113	Aumento CDI	10,25%	8.417	7,69%	6.312	5,13%	4.208
Debêntures Controlada	428.080	Aumento IPCA	3,60%	15.411	2,70%	11.558	1,80%	7.705
Debêntures Controladora	79.403	Aumento IPCA	2,75%	2.184	2,06%	1.638	1,38%	1.092
Total dos passivos financeiros	768.940			35.513		26.635		17.756
Impacto no resultado do período apresentado				-		(8.878)		(17.756)

A Companhia e sua controlada não apresentam quadro de sensibilidade de suas aplicações financeiras, o risco atrelado a estas aplicações não são materiais nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017.

(vii) Risco de preço e valor de mercado

A presente estrutura tarifária cobrada nas praças de pedágio é regulada pelo poder concedente (ARTESP - Agência de Transportes do Estado de São Paulo). O contrato de concessão prevê a manutenção do seu equilíbrio econômico - financeiro.

(viii) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia e sua controlada estão expostas ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber), de financiamento e depósitos em bancos e aplicações financeiras em instituições financeiras.

Quanto ao risco de crédito associado às aplicações financeiras e equivalentes de caixa, a Companhia e sua controlada somente realizam operações em instituições com baixo risco avaliadas por agências independentes de rating. Os saldos contábeis representam a exposição máxima ao risco de crédito.

Gestão do capital social

O objetivo principal da administração de capital é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor ao acionista.

A Companhia e sua controlada administram a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia e sua controlada podem ajustar o pagamento de dividendos aos acionistas ou emitir novas ações.

28 Cobertura de seguros - Consolidado

A sua controlada adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

As coberturas de seguros, conforme apólices de seguros da sua controlada, são compostas por:

Modalidade	Vigência	Cobertura
Garantia operação	Mai/2017 a Mai/2018	78.133
Garantia ampliação	Mai/2017 a Mai/2018	127.094
Operacionais	Mai/2017 a Mai/2018	1.702.605
Responsabilidade Civil	Mai/2017 a Mai/2018	33.300
Engenharia	Mai/2017 a Mai/2018	18.000
Engenharia - Obra Bauru	Mai/2017 a Mai/2018	53.500

Em virtude da aquisição de dos veículos pesados para a operação da Rodovia, foram contratadas coberturas de Responsabilidade Civil contra Terceiros (Danos Materiais, Corporais e Morais).

29 Benefícios a empregados - Consolidado

A Companhia e sua controlada mantém os seguintes benefícios de curto prazo a empregados e administradores: auxílio creche, assistência médica, seguro de vida, vale-refeição, transporte e vale alimentação.

Não é política da sua controlada conceder benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo, bem como remuneração baseada em ações. Nas rescisões de contrato de trabalho considera-se a legislação trabalhista em vigor.

30 Aspectos ambientais - Consolidado

A sua controlada considera que suas instalações e atividades estão sujeitas as regulamentações ambientais. A sua controlada diminui os riscos associados com assuntos ambientais, por procedimentos operacionais e controles com investimentos em equipamento de controle de poluição e sistemas. A sua controlada acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor.

31 Risco regulatório - Consolidado

A Companhia desconhece quaisquer eventos de iniciativa do governo estadual que possam afetar a continuidade da exploração da rodovia. Em relação a um possível ato político que implique no rompimento da relação contratual, consideramos de probabilidade remota.

A Companhia, segundo pesquisas de opinião, goza de aceitação e satisfação perante o público em geral e não se encontra em processo de medida judicial que possa vir a prejudicar suas atividades.

Quanto a eventos provocados pela natureza, entende-se que o trajeto da rodovia, em sua maioria plano e distantes de acidentes geográficos potencialmente prejudiciais, não apresenta grandes riscos ao andamento dos trabalhos de reforma e ampliação. Importa ressaltar, por outro lado, que a Companhia se encontra coberta com a apólice de seguros das operações, riscos de engenharia, conforme apresentado na nota explicativa nº 27.

A Companhia, durante o curso normal das suas atividades está sujeita a fiscalizações do órgão regulador, estando suscetível a questionamentos e as penalidades cabíveis, caso não esteja atendendo as obrigações licitatórias. Para os questionamentos realizados pelo órgão regulador a Companhia realizou os devidos esclarecimentos e com base neste fato, e na avaliação dos seus assessores jurídicos, não constatou qualquer evento relevante que possa afetar as suas informações financeiras.

32 Compromissos vinculados a contrato de concessão - consolidado

Decorrente da verba de fiscalização

A sua controlada assumiu o compromisso ao longo de todo o prazo de concessão de efetuar um pagamento no valor correspondente a 3% da receita bruta de pedágio e das receitas acessórias efetivamente obtidas pela concessionária, portanto em 27 de julho de 2013 foi publicado no Diário Oficial a redução do percentual para 1,5%, passando a vigorar a partir de julho de 2013 conforme descrito na nota explicativa nº 1.

Investimentos

De acordo com o programa estadual de concessão de rodovias, a Companhia assumiu a rodovia com a previsão de realizar investimentos durante o prazo da concessão. Esse montante a realizar em 31 de dezembro de 2017 totaliza R\$ 800.010, valor nominal. A Companhia tem previsão orçamentária para realizar investimentos e consequentemente cumprir as metas contratuais. Em decorrência principalmente da desaceleração do crescimento da econômica brasileira, houve uma postergação no plano de investimentos inicialmente acordados junto ao poder concedente, de qualquer forma a administração da Companhia acredita que os prazos finais dos investimentos acordados junto ao poder concedente, serão atendidos.

33 Demonstrações de fluxo de caixa - Consolidado

As demonstrações dos fluxos de caixa foram elaboradas de acordo com o CPC 03 R2.

Durante o exercício findos em 31 de dezembro de 2017 a Companhia adquiriu ativo intangível no montante de R\$ 24.535, dos quais R\$ 1.188 são itens não caixa referente às retenções parciais do valor de serviço contratado - fornecedores, para honrar com possíveis riscos de contingências dos terceiros.

34 Outros assuntos

Em 01 de julho de 2016, foi cumprido na sede da controlada o Mandado de Busca e Apreensão, expedido pelo Supremo Tribunal Federal, com o objetivo de obter evidências para investigação de diversos financiamentos concedidos pelo FI-FGTS, tendo sido pela controlada disponibilizadas todas informações solicitadas.

A controlada contratou especialistas externos para conduzir investigação interna independente, sobre o tema supracitado, compreendendo o período de março de 2011 à maio de 2012. A investigação não identificou riscos legais atribuíveis à controlada com relação aos fatos da investigação.

Até o momento, não houve qualquer desdobramento desta ação, sendo que a Companhia e sua controlada nunca figuraram como parte investigada em qualquer procedimento. A Companhia e sua controlada continuam à disposição das autoridades legais para prestar esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários.

* * *

Diretoria

Maria Zélia Rodrigues de Souza França - Diretora
Ricardo de Souza Adenes - Diretor

Conselheiros

Antônio Roberto Beldi
Paulo Sergio Coelho
João Paulo Barros Beldi
Ricardo Constantino.

Contador

Marcelo Carlos Biancolini
Contador - CRC/SP nº 1SP236252/O-0